



Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

SEGUNDA-FEIRA
13
DEZEMBRO
1976

"LUZ VERDE" PARA O P.S. SEGUIR PELA ESQUERDA

Os resultados nas eleições para as autarquias, apontam no sentido de uma confirmação da maioria de esquerda obtida nas eleições legislativas e abrem amplas perspectivas para que o partido governamental — o P.S. — enverede por uma via correspondente à reafirmada vontade do eleitorado. Uma percentagem muito significativa da Frente Eleitoral Povo Unido, acompanhada de uma baixa espectacular do C.D.S., «acendem a luz verde» à esquerda, apesar de perdas do P.S. que todavia não atingiram a marca para que tendia a maioria das previsões.

Quando às sete horas de hoje o escrutínio de apuramento dos resultados das eleições para as autarquias locais foi suspenso (recomeçou às 14 horas) o Partido Socialista ocupava o primeiro lugar na votação, com 32,91 por cento do total, seguido do P.P.D./P.S.D. com 23,71, da FEPU com 19,79 do C.D.S. com 15,24 e dos G.D.U.P.'s com 2,42 — isto para só considerar as cinco formações políticas mais votadas.

Destes resultados, que correspondem sensivelmente a cerca de cinquenta por cento do total de freguesias do Continente e Ilhas, deduzia-se que, até àquele momento, o eleitorado beneficiaria largamente a Frente Eleitoral Povo Unido, cujo principal partido apoiante, o P.C.P. (que logicamente deve ter contribuído com a maioria dos votos obtidos), tinha já atingido a sua percentagem nas eleições de Abril último para a Assembleia da República, ultrapassando-a mesmo em 5,19 por cento (14,6 por cento havia sido o total obtido nas primeiras eleições deste ano).

Dado que o apuramento feito até às sete horas se distribuía com relativa uniformidade por todo o País, será de esperar que as tendências manifestadas pelo eleitorado até àquele altura se mantenham na continuação do apuramento.

A percentagem de ausências era de 37,13 por cento,

apresentando, contudo, uma ligeira tendência para baixar, segundo os apuramentos registados nas últimas horas (37,28 por cento às seis horas, 37,91 às cinco e quarenta e cinco, 38,75 às quatro e quarenta e cinco). Tinha-se, pois, às sete horas da manhã, uma percentagem de 62,87 por cento de afluência às urnas, com baixas percentagens de votos brancos (2,31) e nulos (2,49).

AS TENDÊNCIAS

Da análise dos últimos dados, verificava-se que o P.S. apresentava tendências para aumentar a percentagem (31,95 por cento às 5.45, 32 por cento às 6.00), o mesmo sucedendo com a FEPU (18,44 por cento e 19,61 por cento, respectivamente, às mesmas horas). Inversamente, o P.S.D./P.P.D. e o C.D.S. mantinham, de hora a hora, baixas sensíveis — 25,59 por cento e 24,39 por cento para o primeiro respectivamente às 5.45 e 6.00, e 15,8 por cento e 15,71 por cento para o C.D.S. às mesmas horas. Os G.D.U.P.'s registavam também ligeiros aumentos, o mesmo sucedendo, aliás, com o M.R.P.P. e o P.C.P. (m-l). Os restantes partidos baixavam.

Em relação às eleições legislativas, só a FEPU aumentava, se considerada a percentagem do P.C.P. naquelas

eleições. O P.S. apresentava uma quebra na ordem de cerca de 3 por cento, o P.S.D./P.P.D. de aproximadamente um por cento e o C. D. S. próxima de 0,7 por cento. Os G.D.U.P.'s aumentavam relativamente ao somatório da U.D.P. e M.E.S. nas legislativas, mas baixavam estrondosamente em relação à votação do candidato que apoiaram nas eleições para a Presidência da República, baixa esta que quase atingia os 15 por cento, constituindo a maior perda de todos os partidos.

O partido menos votado era o P.R.T., que tendo obtido pouco mais de três escassas dezenas de votos mantinha uma percentagem de zero por cento.

A distribuição dos votos dos diferentes partidos pelo território nacional apenas apresentava certa uniformidade no caso do P.S.. De destacar, porém, que a FEPU como formação de esquerda que engloba o P.C.P. apresentava percentagens razoáveis em zonas dominadas pela direita, como sejam as do Norte, e Votações ainda mais significativas no Algarve. O voto do P.S.D./P.P.D. e do C.D.S. era o que menos uniformidade apresentava na sua distribuição, concentrando-se essencialmente no Norte, com algumas raras excepções para o primeiro que venceu, por exemplo, no concelho alentejano de Ourique. Nas Ilhas (Açores e Madeira) dominava o P.S.D./P.P.D., mas o P.S. venceu em Porto Santo.

Quanto à disputa das «zonas de esquerda» (áreas da Reforma Agrária e de concentração operária) a mesma processava-se entre a FEPU e o P.S., com predominância para a primeira no Alentejo (onde dominava esmagadoramente) e na maioria dos concelhos do distrito de Setúbal. O P.S. ganhara em três concelhos alentejanos, e na cidade e mais quatro

concelhos de Setúbal. De destacar, porém, que, por exemplo, em Montijo, no Alentejo, o P.S. apenas triunfara na

Câmara Municipal, perdendo na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia. Esta disparidade, segundo análise

se dos resultados, pode ser atribuída ao facto de partidos como o M.R.P.P. e o P.C. de P. (m-l) apenas terem concorrido para a Câmara Municipal, sendo natural que o símbolo da foice e do martelo, por eles utilizado, tenha confundido alguns eleitores. Disparidades deste tipo podem existir noutras Votações, mas só uma análise mais detalhada dos resultados — quando tornados

Continua na pag. 24



Eng. Aquilino Ribeiro Machado (P. S.)



Eng. Silva Graça (F. E. P. U.)



Arq.ª Helena Roseta (P. S. D./P. P. D.)



Arq. Nuno Teotónio Pereira (G. D. U. P.'s)

Eng.º Aquilino Ribeiro (P. S.) na presidência da Câmara de Lisboa

O eng. Aquilino Ribeiro Machado (P. S.) ganhou a eleição para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, a que concorriam também, entre outros candidatos, o eng. Silva Graça (F. E. P. U.) e os arquitectos Helena Roseta (P. S. D./P. P. D.) e Nuno Teotónio Pereira (G. D. U. P.'s), fotografados ao lado. Os números finais devem ser conhecidos ainda hoje.

PRESIDENTES ELEITOS

Resultados oficiais às 8 horas da manhã

- P.S. 46
- P.S.D. 41
- F.E.P.U. 16
- C.D.S. 15

Segundo a RDP

- P.S.D. 87
- P.S. 82
- F.E.P.U. 29
- C.D.S. 23
- P.P.M. 1

Reclusos de Coimbra tentaram liberdade à bomba

COIMBRA, 13 Forças conjuntas da P.S.P. e da G.N.R. continuavam a estabelecer esta manhã um apertado cordão de segurança em redor da Cadeia Penitenciária de Coimbra, onde, cerca das 16 horas de ontem, vinte reclusos tentaram a fuga através da explosão de uma potente carga de plástico, colocada junto a um dos muros que ladeia o recinto destinado ao recreio.

Após o rebentamento, que abriu uma brecha com um diâmetro aproximado de 70

centímetros, os candidatos à fuga ainda conseguiram manietar, sob a ameaça de uma pistola, o guarda prisional que se encontrava mais próximo, mas a pronta intervenção dos serviços de segurança da cadeia levaram à sua rápida libertação.

«Embora neste momento ainda não possuamos dados concretos, tudo indica que os planos de fuga foram elaborados por dois ou três elementos, já praticamente referenciados, a que posteriormente outros se teriam juntado», afirmou esta manhã, ao «DL», um informador daquele presidio. A mesma fonte que referiu estar completamente posta de parte a hi-

pótese do explosivo ter sido atirado de fora do edifício, face à altura do muro e à distância a que o local do incidente se encontra da rua, e acrescentou que as investigações estão a decorrer a cargo da Polícia Judiciária que, naquele momento, ainda se encontrava no local a recolher pistas e a ouvir os presumíveis implicados.

A explosão que aconteceu à hora em que os presos recebiam a visita de familiares e amigos, e que aos domingos é das 15 às 17 horas, provocou grande alvoroço na cidade, levando à concentração de centenas de pessoas em redor da Penitenciária, embora não se tivessem registado quaisquer incidentes.

Política de A a Z

REAFIRMADA A MAIORIA DE ESQUERDA

Os números falam. Os números confirmam que existe uma «maioria de esquerda» no País e que não há qualquer possibilidade de não reconhecer o significado político global deste acto eleitoral. Sabemos todos que as eleições para as autarquias locais, que as eleições administrativas, são aquelas que tradicionalmente e que universalmente são mais desfavoráveis à «esquerda». Sabemos todos, também, que tudo foi organizado e mesmo em planos de responsabilidade e de intervenção que deveriam ser poupados ao vício eleitoralista para distorcer, ou pelo menos influenciar, o voto limpo e consciente das populações. Sabemos que se acumularam as nuvens de fumo e portadoras de tempestade (ou de ameaças de temporal) antes das eleições. E este Povo, do Minho ao Algarve, votou tranquilamente e tranquilamente votou na Madeira e nos Açores. As raras excepções confirmam a regra. As provocações, mesmo as de grande volume como a da sabotagem do fornecimento de água a Lisboa, não desviaram a população do seu dever: votar pela Democracia, votar para a Democracia. E a «maioria de esquerda» confirmada vem reforçar a posição do Presidente da República como defensor de «esta Constituição». E vem, igualmente, dar ao Governo Socialista um recado: é preciso governar com o povo, com os trabalhadores, com toda a «esquerda».

PODER LOCAL

A Constituição é clara: a democracia deverá principiar nas autarquias locais. O «poder local» deverá ser democrático, largamente e activamente participado. As populações das freguesias e dos municípios deverão criar formas de autogestão administrativa, dependendo cada vez menos do «poder central», libertando-se, na medida do possível, dos tentáculos burocráticos. A democracia deverá ser «democracia de base». No local de residência deverá concretizar-se a real participação dos cidadãos na gestão da coisa pública. A vida política na base social concreta — o local de residência e o local de trabalho — não deverá distrair os cidadãos, os trabalhadores, da gestão socializada do «poder-de-Estado» (ao nível local) e da gestão económica e do controlo da produção (ao nível empresarial).

A nossa República — não será de mais repeti-lo — tem «por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Verificados os resultados eleitorais, meditado o seu significado, importa velar pelo exercício democrático do «poder local» e reforçar a mobilização popular em torno dos «órgãos de poder local». Porque estes órgãos, eleitos democraticamente, não poderão comportar-se com partidarismo, com sectarismo. Os «órgãos do poder local», as Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais, deverão criar com as populações das áreas respectivas relações desburocratizadas e despartidarizadas. As «autarquias locais» não são órgãos partidários locais, são órgãos do «poder local» democrático (porque resultante de um processo eleitoral), democratizado (porque efectivamente participado).

ABSTENCIONISMO

A percentagem das abstenções deverá ser devidamente ponderada. Carece de análise e de lúcida reflexão. Precisa-mo de saber qual a razão que leva os cidadãos a um desinteresse pelo voto, pela eleição, pela vida pública.

Estes dois anos e meio foram arrefecendo muito entusiasmo, desanimando vontades, desmobilizando esforços. Causaram muita decepção; deram lugar a muita perplexidade. Algumas vezes o discurso político não teve em conta o País real. Homens que não sofreram na carne o fascismo, elevados a responsabilidades políticas e administrativas, parecem mais preocupados com neutralizar, ou atrair, a «direita», do que animador da vontade de darem a sua contribuição positiva, inequívoca, para o reforço da corrente de «esquerda» que é predominante como expressão dos sentimentos populares e dos verdadeiros interesses nacionais.

Não admira pois que se manifestem comportamentos que traduzem desânimo, desilusão e desinteresse. Não admira que as populações mobilizáveis para a participação democrática se desinteressem de processos eleitoralistas quando a tática partidária não se enquadra numa estratégia política claramente definida.

ABSENTISMO

Se as abstenções, pela elevada percentagem, nos devem preocupar, também constitui motivo de preocupação o escândalo do «absentismo parlamentar». Os senhores deputados, sem razão e sem medirem a responsabilidade que lhes cabe no prestígio das instituições, brilham pela ausência na Assembleia da República. Esse «absentismo parlamentar» é um triste e grave indicio de que o parlamentarismo se vai esgotando em jugo político, em expedientes, em palavrorio. As crónicas de reportagem e os comentários dos observadores já abertamente se referiram à necessidade de interromper os trabalhos da Assembleia da República por falta de «quorum». Talvez seja a ocasião de recordar aos senhores deputados de que o mandato de que foram investidos não representa uma dignidade partidária mas uma missão pública, nacional. Mais do que o serviço de um partido, incumbe aos deputados defender o bom nome e o futuro de uma Democracia que dá os primeiros passos. E que tem inimigos.

Entre os quais deveremos incluir, também, aqueles que por irresponsabilidade causam o desprestígio das instituições democráticas e nos jogos parlamentares se distraem de que existe em Portugal para governar, para defender a Constituição, para avançar, no plano local e no plano nacional, uma «maioria de esquerda».

Nacional

Advogado do "pide" Manuel Clara escreveu ao "Diário de Lisboa"

Endereçada ao nosso director, recebemos do dr. Joaquim da Ponte Valentim a seguinte carta datada de anteontem:

«Creio não ser preciso invocar qualquer direito, bastando-me a qualidade de leitor, embora não assinado do jornal que V. Ex.ª dirige — é tão numerosa a imprensa diária para pedir a rectificação da notícia inserida no número de ontem, quanto ao julgamento do meu constituinte e ex-director da Direcção-Geral de Segurança (antiga P. I. D. E.), sr. Manuel da Silva Clara, pois tal notícia vem muito deturpada e é, declaradamente, gravemente, tendenciosa, na parte que diz respeito à minha actuação. Assim:

«1.º Eu não fiz no julgamento, nem fora do julgamento, o elogio da P. I. D. E., da qual, em boa verdade, não rezebi favores nem agravos. Quem se sentir com ela beneficiado ou prejudicado que a defenda ou que a acuse.

«Eu fui, simplesmente, ao julgamento para fazer a defesa do cliente e bem ou mal lá o fiz, saindo o mesmo em liberdade.

«2.º Eu não disse que se um dia estivesse sentado no banco dos réus, gostaria de o fazer pelos mesmos motivos por que lá estava o ex-director Clara, mas, sim, em tais circunstâncias, eu gostaria que as testemunhas de defesa de mim dissessem o que dele disseram: que era um homem de muito bom comportamento, prestável e útil aos outros homens, modesto e generoso, sem queixas de ninguém, sem ter causado qualquer prejuízo material ou moral a outrem e vivendo em bom e louvável ambiente familiar.

«3.º Antes de terminar a minha despretensiosa alegação, para amenizar a possível aridez do meu discurso e ainda por estarmos na época do Natal e a violência e ódio encheram de sombras esta pobre humanidade, li, é certo uma poesia simples, meio religiosa, meio satírica, da autoria de J. Saraiva:

«O meu menino Jesus, homens e bois Te adoraram e, mais tarde, numa cruz, os homens Te crucificaram.

Soares e Pedro Pires assinam em Janeiro acordos bilaterais

O primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, visitará Lisboa oficialmente de 19 a 22 de Janeiro a convite de Mário Soares, segundo informa a Anop.

Embora não esteja ainda totalmente definida a agenda da visita, admite-se que vem a ser assinados acordos bilaterais em vários domínios de cooperação.

Entretanto, o chefe do Governo da República de Cabo Verde receberá Mário Soares quando este escalar o aeroporto da ilha do Sal, no regresso da sua visita oficial ao Brasil.

O encontro, em que participaram os restantes membros da comitiva portuguesa, nomeadamente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, ocorrerá no dia 22.

Vinte séculos depois, ainda são mansos os bois e os homens não melhoraram.»

«Mesmo que de poema se tratasse, não está interdito aos patronos dos réus fazer, em audiência, qualquer recitação desta natureza, quando o julgamento oportuno, momento, quando o advogado é católico, como me prezo de ser.

«4.º Para prova do que se afirma, invoca-se o qualifi-

cado testemunho de todos os elementos que constituíram o douto Tribunal e até a própria assistência a que, de boa-fé, assistiu ao julgamento e, respeitosamente, ouviu a minha alegação.

«Correcta, embora resumida, foi a reportagem publicada no 'Diário de Notícias' de ontem.»

N. R. A carta do dr. Joaquim da Ponte Valentim não tem, com efeito, que «invocar

qualquer direito». É um desabafo e... é filha de um equívoco. Sendo um português que da P. I. D. E. não colheu benefícios ou sofreu prejuízo, o dr. Valentim oferece-nos a sua cândida experiência e uma amostra do seu gosto poético.

«Vinte séculos depois ainda são mansos os bois...»

Esta é a opinião do dr. Valentim...

Procuradoria-Geral da República levanta questão de bom comportamento

Um parecer da Procuradoria Geral da República, publicado no «D.R.» II Série, n.º 289, levanta a questão do bom comportamento moral e civil de uma mulher, beneficiária de pensão de preço de sangue, que teve um filho fora do casamento, após a morte do cônjuge.

A pensão fora anulada ainda em tempo de fascismo, sob parecer do presidente da Câmara Municipal de Lousada que atribuiu à pensionista «mau comportamento». A direcção do Abono de Família e das Pensões, por seu turno, sempre entendeu que «uma pensionista viúva não possui bom comportamento moral e civil desde que viva marital-

mente com determinado indivíduo, embora não dando escândalo público, ou que venha a ter filhos que não sejam resultantes do matrimónio com o autor da pensão», mas no entanto propôs a alteração de um artigo do decreto que regulamenta o sector. Segundo esta proposta, o artigo passaria a ter a seguinte redacção:

«Pela perda de requisitos condicionantes da atribuição daquele direito, não se considerando que a pensionista tenha bom comportamento moral e civil desde que viva maritalmente com qualquer indivíduo, ou tenha porte escandaloso.

Assim, uma pensionista que não viva maritalmente e não

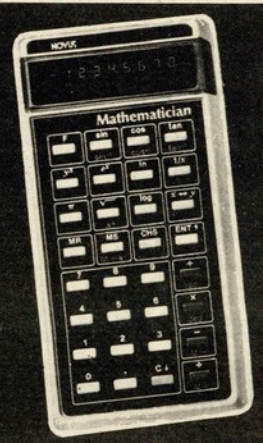
tenha porte escandaloso, mesmo que venha a ter filhos, afigura-se não ocasionar esta circunstância motivo para a perda da pensão.»

Por seu turno, a Procuradoria Geral da República, a quem foi solicitado parecer sobre o processo, determinou que não era necessário alterar a redacção do decreto, considerando embora que o facto da pensionista ter tido um filho fora do casamento não significava, por si só, motivo de «mau comportamento».

Quanto a viver maritalmente com qualquer indivíduo, a lei, que continua em vigor, considera, sim, que é impeditivo de bom comportamento moral e civil.

FINALMENTE...

...cálculo matemático instantâneo, ao simples toque de 1 tecla, utilizando a **NOVUS 4510**. Agora ao preço de uma calculadora vulgar com operações básicas. **OFERTA GRÁTIS TEMPORÁRIA:** bolsa no valor de 350\$00, pilha e livro de instruções em PORTUGUÊS.



NOVUS 4510
MATHEMATICIAN

Técnicos
Estudantes

Apenas
1.550\$00

Carregue numa tecla e execute logo: raízes e potências, logaritmos decimais e neperianos, funções trigonométricas, conversão graus/radianos e vice-versa, valor de "PI", quadrados e simétricos, memória mais quadrado, inversos, memória aditiva e substractiva. Disponha ainda de: 3 registos operacionais (parentesis), vírgula flutuante e as 4 operações básicas.

Não encontra na área da sua residência? Escreva-nos.

JJE Instrumentos Electrónicos - Av. Inf. Santo, 38-9 - Tel. 675766 mandem-me imediatamente uma **NOVUS 4510 mathematician** por Esc. 1.550\$00 com a oferta grátis, temporária, do estojo, pilha e livro de instruções em português.

transformador para ligar à corrente mais 350\$00 (opcional)

Nc me _____

Morada _____

**Como eles
falaram
antes
e depois
do voto**

MÁRIO SOARES E O 13.º MÊS

"Numa democracia é normal que o Governo perca uma votação"

à situação de se pedir a ratificação do decreto-lei pela Assembleia e virem a arguir a sua inconstitucionalidade.

«Efectivamente, nos termos da Constituição», disse, «poderia haver duas interpretações, e uma delas era a de que não poderia ser isso feito através de um decreto-lei, porque se tratava de uma espécie de empréstimo, ainda que do ponto de vista do Governo fosse contrário a isso e, portanto, teria que ser uma lei feita pela Assembleia da República. Assim teria que ser o Governo a apresentar uma proposta de lei à Assembleia da República.»

«Foi finalmente o que fiz», prosseguiu o Primeiro Ministro, «depois de chamar os partidos e de lhes perguntar qual era a reacção deles. Se eles quisessem fazer propaganda eleitoral, como fizeram, a propósito do 13.º mês, para se tornarem simpáticos junto de um certo eleitorado que gostará de ter o dinheiro independentemente das consequências que isso terá no plano geral para todos os portugueses... mas deixassem passar o decreto, apresentá-lo-ia como decreto-lei. Se me respondessem pela negativa, como responderam, eu apresentá-lo-ia como proposta de lei à Assembleia da República. Então eu agora coloco os partidos perante as suas responsabilidades e o povo português julgará.»

«A verdade é que toda a gente grita por medidas de austeridade, mas quando vêm as primeiras medidas toda a gente protesta. Não é possível fazer omeletas sem ovos, não é possível fazer a austeridade num país sem que se façam alguns sacrifícios», sublinhou Mário Soares.

A finalizar o Primeiro Ministro disse que agora caberá à Assembleia da República discutir o assunto e «será respon-

sável pelos seus actos».

«Se a Assembleia, como parece, através dos partidos, dos três partidos, aquilo que foi chamado já pelo 'Comércio do Porto' de 'Santa Aliança dos partidos da oposição', isto é, o P. C., C. D. S. e P. P. D., se essa 'Santa Aliança' jogar contra o P. S., pois a lei não passa, como é evidente.»



O voto do Primeiro-Ministro

«Isso não será uma tragédia», frisou, «será um facto normal. O Governo não se empenhou nisso. Não se trata de um voto de confiança ou de desconfiança. O Governo não fez disso uma questão fechada. O Governo entende que deve ser assim, e se a Assembleia entende o contrário, ela é soberana. Aliás é normal que

numa democracia o Governo perca uma votação.»

AS ELEIÇÕES

No que se refere aos resultados das eleições para o seu partido, Mário Soares mostrou-se optimista, opinando que ele poderia manter, pelo menos, o nível actual, «o que para um partido que está no Governo já é qualquer coisa de muito bom». Entretanto admitiria que, com o dia «um pouco agreste», a abstenção poderia vir a ser «maior do que é costume, pelo menos nas cidades».

Sempre sobre o mesmo tema afirmou ainda:

«Se houvesse uma modificação muito grande nas tendências do eleitorado, isso teria evidentemente reflexos de ordem política. Mas antes de mais nada há que ver quais são os resultados e examiná-los, porque estas eleições são complicadas e podem ter diversas leituras.»

Mário Soares acrescentou que os resultados a obter pelas listas socialistas reflectirão «o bom e o mau que o Governo fez. Na medida em que as pessoas têm uma apreciação favorável à política do Governo, ter-se-á tendência a votar socialistas e, na hipótese inversa, o contrário.»

Maria Barroso, deputada do P. S. e esposa do Primeiro-Ministro, exprimiu o mesmo optimismo do marido, afirmando aos jornalistas que «estava extremamente optimista» porque nos vários sítios em que fez comícios verificou que «havia uma adesão muito grande ao Partido Socialista, um grande entusiasmo e isso dá-me fé em que isto vai correr muito bem e que nós não vamos descer os nossos resultados.»



Sá Carneiro: o «charme» discreto da burguesia portuguesa

**SÁ CARNEIRO EM NEVOGILDE
Orçamento é curto de mais para as autarquias**

PORTO, 13 «O Governo não está a dar mostras de ter capacidade para durar não porque alguém esteja a tentar derrubá-lo é ele próprio, a meu ver, a encaminhar-se para esse desfecho» declarou Sá Carneiro à saída da secção de voto de Nevogilde (Porto) onde foi votar. Prosseguindo o presidente do P. S. D. / P. P. D. salientou que ao Governo «falta-lhe a capacidade decisória, capacidade de efectivação, pelo que «não foi uma decisão de ânimo leve e do P. S. D. entrar mais abertamente em oposição». Foi-o, como acrescentou, pensadamente e depois da

análise dos decretos fundamentais, Orçamento e Plano.

A propósito do apoio às autarquias locais, Sá, Carneiro afirmou ser indispensável que «haja um forte apoio às autarquias locais, designadamente na sua capacidade financeira e na sua autonomia decisória». Por isso lamentou o antigo deputado caetanista, da «ala liberal» o facto de nas despesas orçamentadas estarem destinados menos de 7,5 milhões de contos para a administração local. «É uma centralização que tem de ser rapidamente corrigida», considerou.

**PARA FREITAS DO AMARAL
«Com estas eleições Portugal ficará a pertencer aos portugueses»**

«É no fundo com estas eleições que Portugal ficará a pertencer definitiva e completamente aos portugueses», disse o presidente do C. D. S., Freitas do Amaral aos jornalistas que o abordaram no Liceu Camões quando votava.

«Quanto a percentagens», referiu depois o líder centrista, «não me arrisco a fazer prognósticos: suponho que nestas eleições haverá a influência de muitos factores locais e humanos que não houve nas outras.»

Freitas do Amaral, que teve o cuidado de só fazer declarações para além da distância regulamentar (500 metros), congratulou-se depois pelo «passo muito importante» no sentido de efectivar-se «uma verdadeira descentralização, o que toca o C. D. S., «partido fortemente descentralizador».

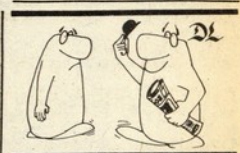
Sobre possível modificação da percentagem de votos a favor do C. D. S. disse Freitas do Amaral:

«A nossa posição relativamente ao Governo não é função do número de votos que temos, mas, sim, do modo como interpretamos, de acordo com os nossos princípios e com a vontade dos nossos eleitores, as exigências do interesse nacional.»

Em todo o caso sempre acrescentou:

«É possível que destas eleições saiam alguns resultados no plano nacional. Elas funcionarão inevitavelmente como uma grande sondagem de opinião pública à escala nacional e nós pensamos que também daí se poderão extrair algumas indicações, embora não consideremos que estas eleições venha a sair provavel-

mente uma alteração radical na cena política portuguesa». Por outras palavras (que também disse), «será em todo o caso possível extrair algumas indicações, nomeadamente quanto à popularidade do Governo, que, em nossa opinião, está em baixa, o que estas eleições provavelmente confirmarão.»



ÁLVARO CUNHAL À ANOP, DEPOIS DE VOTAR

**Resultados finais poderão permitir
"uma evolução favorável da situação política"**

«Até 500 metros parece que é proibido fazer declarações políticas», declarou o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, à entrada para a assembleia do voto. «De qualquer forma não devo aqui, no racinco das eleições, fazer qualquer declaração política. Cumpro a lei. E que todos cumpram a lei é o que eu desejo», acrescentou.

Entretanto, contactado posteriormente pela ANOP, Álvaro Cunhal declarou que «estas eleições têm um triplo significado».

«O primeiro», afirmou, «é a escolha, pela população, das administrações para as câmaras municipais e juntas de freguesia, e estamos confiantes de que, num grande número de casos, os eleitores escolherão bem, ou seja, escolherão homens e mulheres dedicados e honestos, capazes de defender os seus interesses.»

«O segundo», prosseguiu o secretário-geral do P. C. P., «é

a associação do voto para as autarquias com a posição dos eleitores relativamente aos problemas mais instantes que os afectam, designadamente nas zonas industriais e nas zonas de Reforma Agrária, em que a votação para as autarquias está ligada a posições assumidas em relação às nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário e defesa dos interesses dos trabalhadores.»

«Apesar da utilização indevida da televisão e dos grandes meios de comunicação social pelo Governo, das grandes operações de intimidação dos trabalhadores alentejanos, do terrorismo fascista e da provocação esquerdista, esperamos que a votação traduza a determinação do povo trabalhador de defender as conquistas alcançadas.»

«Terceiro significado: na votação nacional o resultado não deixará de ser invocado por forças políticas que obtiveram

altas votações para justificar a exigência duma concordância da política nacional com as próprias soluções que apresentem.»

Referindo-se à campanha da Frente Eleitoral Povo Unido, à qual o Partido Comunista Português deu o seu apoio, Álvaro Cunhal observou que, «se a votação corresponder àquilo que a campanha da Frente Eleitoral Povo Unido leva a admitir, a expressão pelo Povo português do desejo de defender, consolidar e prosseguir a democracia poderá permitir uma evolução favorável da situação política do País.»

«Quanto às acusações de envolvimento da F. E. P. U. no rebentamento de granadas na vila de Amarané, o secretário-geral do Partido Comunista Português negou-as, comentando a propósito:

«As provocações contra a Frente Eleitoral Povo Unido visam naturalmente fazer crer ao eleitorado que a responsabili-

dade dos actos terroristas, que sem qualquer dúvida partem da mão dos fascistas e contra-revolucionários, são da responsabilidade dos democratas portugueses. Visam ainda assustar o eleitorado, apresentar a Frente como uma aliança não democrática e justificar as reclamações dos saudosistas do passado no sentido da instauração duma nova ditadura.»

«A provocação da direita antidemocrática à provocação dos esquerdistas. Ontem, por exemplo, a provocação dos G. D. U. P.'s na Lobata e em Beja visava criar conflitos e choques cuja responsabilidade seria depois assacada à Frente Eleitoral Povo Unido e ao Partido Comunista.»

«Estas provocações», disse a terminar Álvaro Cunhal, «não deixam de enganar muito boa gente, mas cremos que é cada vez menor o número daqueles que se deixam enganar.»

EXCURSOES FIM DE ANO

ALGARVE	
Torrilha (4 dias).....	930\$00
H. D. João II (4 dias)	1600\$00
MADEIRA	
(5 dias).....	3340\$00
AÇORES	
(6 dias).....	5200\$00
TÂNGER	
(5 dias).....	5150\$00
LONDRES	
(4 dias).....	4900\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

BUISSON

VIAGENS TURISMO
RUA BRAAMCAMP, 15 - D
Tels. 40459 - 40468 - 560388
Telex. BUISTOUR-Telex 12762

UMA AGENCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIENCIA

Nacional



O Presidente da República quando exercia o direito de voto

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL DOS TRABALHADORES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR CONVOCATÓRIA

- 1 - As entidades patronais recusam-se a negociar o nosso C.C.T.V. cuja proposta lhes foi entregue acerca de 5 meses.
- 2 - As entidades patronais recusam-se a aceitar o parecer do Ministério de Trabalho sobre a oportunidade das negociações; recusam-se igualmente a participar nas fases de conciliação, mediação e arbitragem.
- 3 - As entidades patronais antes do início do ano lectivo, tiveram o cuidado de aumentar as mensalidades aos alunos.
- 4 - As entidades patronais justificam esse aumento alegando que se destinaria a fazer face aos salários dos seus trabalhadores.
- 5 - As entidades patronais utilizam argumentos falsos e dilatatórios.
- 6 - Os sindicatos não compreendem porque é que o sr. ministro, o sr. secretário e o sr. subsecretário do Ministério de Trabalho não respondem aos seus múltiplos pedidos de entrevista.

Por tudo isto, e porque os sindicatos nada são sem ti, vimos-te convocar para uma reunião de Delegados Sindicais de todos os trabalhadores do sector, no dia 14 de Dezembro, terça-feira, pelas 21.30 horas, na Rua do Alecrim, 46-1.º-Lisboa, e para uma reunião de todos os trabalhadores do sector, no dia 16 de Dezembro, quinta-feira, pelas 21.30 horas, no Anfiteatro de Física, Faculdade de Ciências na Rua da Escola Politécnica em Lisboa.

... NÃO AO CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO NA PRÁTICA!
... PEI A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES!

ASSINA: OS SINDICATOS SIGNATÁRIOS
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato Portaria Vigilância e Similares
Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira do Sul
Federação Escritórios do Sul
Sindicato Telefonistas de Lisboa
Federação dos Sindicatos Têxteis
Sindicato dos Cobradores
Federação dos Sindicatos dos Rodoviários.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL COMUNICADO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

- 1 - Podem exercer o seu direito de voto todos os trabalhadores da Função Pública que se inscreveram no Sindicato até 25 de Outubro de 1976 e que tenham pago pelo menos uma quotização de 10500, não sendo por isso exigível as quotas em dia.
- 2 - Segundo estabelece o art.º 88 do Estatuto é permitido o voto por correspondência desde que:
 - a) O boletim de voto esteja dobrado em quatro e contido em subscrito fechado, dirigido à Comissão de Fiscalização na Rua Ferreira Lana n.º 32, 3.º Dt.º, em Lisboa. No verso do subscrito deverá constar o nome completo, número de sócio e assinatura reconhecida por notário ou abonada pela autoridade administrativa (Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, Administrador de Bairro).
 - b) O subscrito com o boletim de voto tem de dar entrada na sede do Sindicato até às 22 horas do dia 18 de Dezembro de 1976.
- 3 - A partir das 10 horas do dia 9 do corrente estará na sede do Sindicato à disposição dos trabalhadores os boletins de voto que também estarão nas mesas de voto no próprio dia das eleições. A Comissão Fiscalizadora enviará pelo correio os boletins de voto que lhe forem solicitados através de postal ou carta, contendo nome completo, número de sócio e morada bem legível, e que sejam recebidos na sede do Sindicato até 15 de Dezembro (inclusive).
- 4 - A Comissão de Fiscalização alerta para a necessidade de identificação através do Bilhete de Identidade (preferencial) ou outro cartão com fotografia para poder exercer o direito de voto.

Pe/A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Ramalho Eanes na assembleia de voto Estas eleições são "em defesa de uma liberdade democrática"

«Durante cinquenta anos o povo português habituou-se a ver à frente dos órgãos autênticos elementos que representavam o poder central e não a vontade local das populações. Desta vez as coisas processam-se de maneira diferente e isto, em meu entender, faz com que estas eleições tenham um significado especial», declarou ontem de manhã, à saída da assembleia de voto, o Presidente da República, general Ramalho Eanes.

«Não consistem apenas na prática de um direito e no exercício de um dever, tal como acontece na maioria dos países democráticos. Trata-se de uma posição de luta em defesa de uma liberdade democrática, em defesa duma vida democrática que o povo português se propõe efectivamente viver», prosseguiu o general Ramalho Eanes.

«Estou convencido», continuou o Presidente da República, «de que os resultados serão suficientemente esclarecedores e estou convencido, também, de que as populações vão passar a viver duma maneira indiscutível a democracia a nível dos próprios locais em que vivem, fazendo com que aí sejam os seus representantes

imediatos, determinados por razões de vizinhança, razões de interesse local, a gerir convenientemente os seus problemas, a defender de maneira intransigente os seus interesses.»

«Quando à forma como estavam a decorrer as eleições o Presidente afirmou:

«Creio que as diferenças notadas são meramente acidentais. Aquilo que é essencial persiste de uma maneira quase que uniforme, e o essencial está na capacidade democrática manifestada pelo povo português.»

«De novo, desta vez», sublinhou Ramalho Eanes, «se verifica em todo o País uma tranquilidade que é confortante e que demonstra de maneira indiscutível que o povo está interessado efectivamente em viver em segurança a sua liber-

dade, mas uma liberdade participada, uma liberdade discutida, uma liberdade que seja efectivamente liberdade.»

«Entendo que tem havido toda uma aprendizagem e que os portugueses hoje se olham de uma maneira ligeiramente diferente, se olham com mais respeito, sabendo que é na diversidade das opiniões que eles não-de encontrar a verdadeira unidade da Nação, a sua verdadeira unidade», acentuou ainda o Presidente da República.

Comparando estas com as eleições anteriores, observou: «quanto a estas eleições, creio que elas são inteiramente diferentes das outras, qualitativamente diferentes, e é natural que as percentagens, os valores numéricos tenham de ter outra leitura e outra interpretação.»

Ramos Lopes adido em Madrid

O coronel piloto aviador Manuel Joaquim Brou Ramos Lopes foi nomeado adido das Forças Armadas junto do embaixada de Portugal em Madrid, cargo que foi criado em Julho último

e ainda não se encontrava provido.

A nomeação foi feita pelo C.R., pelo C.E.M.G.F.A., pelo C.E.M.F.A., e, pela parte do Governo, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Comércio e Serviços do Distrito de Santarém

Rua 1.º de Dezembro, 64-2.º — Santarém — Telef.: 25307

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

COMPARECE E PARTICIPA NAS REUNIÕES DA TUA ZONA NOS LOCAIS DE TRABALHO, NOS PONTOS DE CONVÍVIO, DISCUTE O CONGRESSO

CAENDARIO DAS REUNIÕES CONCELHIAS

- | | | |
|-------------|----------------------------------|---------------------|
| TOMAR | — DELEGAÇÃO DO SINDICATO | —Dia 15/12 às 21 h. |
| | Av. Egas Moniz—Lote 3.º r/c Es.º | |
| ABRANTES | —CENTRO DE CULTURA POPULAR— | » 15/12 às 21 h. |
| T. NOVAS | —UNIÃO SINDICAL | — » 15/12 às 21 h. |
| | Rua Mouzinho Albuquerque | |
| V. N. OUREM | —SALÃO DOS BOMBEIROS | — » 15/12 às 21 h. |
| CORUCHE | —BIBLIOTECA | — » 16/12 às 21 h. |
| CARTAXO | —CASA DO POVO | — » 16/12 às 21 h. |
| SANTARÉM | —INATEL | — » 16/12 às 21 h. |
| | (Campo da Feira) | |

BENAVENTE —SALÃO DA CÂMARA MUNICIPAL— » 16/12 às 21 h.
Para analisar e discutir em função do CONGRESSO DOS SINDICATOS:

- a) ESTATUTOS DA INTERSINDICAL NACIONAL
- b) PROGRAMA DE ACÇÃO
- c) LEI SINDICAL

UM CONGRESSO PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
UMA ÚNICA CENTRAL DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

A DIRECÇÃO

REUNIDO ATÉ DE MADRUGADA

C.R. ocupou-se das eleições e despachou assuntos em atraso

Terminou já de madrugada a reunião do Conselho da Revolução, que ontem esteve, por assim dizer, de «serviço permanente». Da agenda, segundo informou na Gulbenkian o major Vitor Alves, além das eleições, sem dúvida o ponto mais importante e aquele que justificou esse «serviço permanente» do CR, constaram assuntos de carácter militar que estavam em atraso. O general Vasco Lourenço, pronunciando-se também sobre a reunião, afirmou não ter havido «nenhum caso quente, nada de especial».

Os elementos daquele órgão de soberania, que acompanharam a partir das 20 horas, através da RTP, da Rádio e de outros meios de comunicação, o movimento eleitoral, inteirando-se da evolução do sufrágio dos seus resultados, congratularam-se com a ordem que pre-

sidiu ao acto eleitoral, definida por Vitor Alves como «forma própria dos Portugueses».

Fonte próxima do CR, além de nos informar que sobre a reunião permanente daquele órgão de soberania não seria divulgado o habitual comunicado, salientou que o Conselho, presidido pelo general Ramalho Eanes, considera positivo o sufrágio, se processado «sem que nada haja de assinalar».

«Quaisquer que sejam as prováveis deficiências, lacunas ou abstenções, não restam dúvidas de que o povo português, em todas as regiões, se mostrou consciente do seu dever de participar na vida nacional, possuindo uma maturidade e consciência políticas notáveis, ao contrário do que sempre procuraram dizer os mentores do regime depositado», acrescentou a mesma fonte.

Costa Brás reconheceu "risco de saturação"

«Está tudo a correr com toda a normalidade», afirmou o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, quando aguardava a chegada do general Ramalho Eanes ao local onde o Presidente da República exerceu o seu direito de voto.

Relativamente à eventualidade de um aumento de abstenção, o tenente-coronel Costa Brás observou que estas eleições têm realmente, em relação a isso, um risco, porque existe uma certa saturação e é perfeitamente admissível que exista, ao fim de três eleições durante o ano.

«No entanto», prosseguiu «estou convencido de que, apesar de tudo, o abstenção-

mo não atingirá números que até noutros países são correntes. Nós reportamo-nos normalmente, para a apreciação das abstenções, aos valores que foram obtidos em Portugal nas eleições anteriores. Portanto, é possível que haja um pequeno acréscimo de abstenção, mas penso que não será substancial» — prosseguiu o ministro da Administração Interna, acrescentando:

«Se tivermos 75 por cento de votantes considero isso um excelente resultado».

Relativamente à preparação das populações das áreas rurais para estas eleições, afirmou Costa Brás:

«Não posso dizer que elas estejam perfeitamente informadas, mas estão informadas por-

que, fundamentalmente, vivem os problemas locais e sentem que estas eleições têm uma importância grande para a resolução dos problemas locais».

«Até penso», sublinhou «que a percentagem de abstenção se verificará mais nos centros urbanos do que nos centros rurais exactamente por essa razão. Mas a experiência colhida, não só no aspecto educativo como até no aspecto de formação política ao longo de todo este período eleitoral, é extremamente positivo».

«Quando reiniciarmos o ciclo das eleições» prosseguiu Costa Brás «estou convencido de que já a massa eleitoral estará muito mais apta a manifestar-se em actos de responsabilidade, como são estes

das eleições locais. O que não significa, é evidente, diminuir o valor daquelas que estamos a realizar e daquelas que foram realizadas».

«É preciso» acrescentou a terminar «deixar passar o tempo e aproveitá-lo, mas não tenho dúvida de que nós estamos numa aprendizagem que se sucede ao longo destes dois anos».

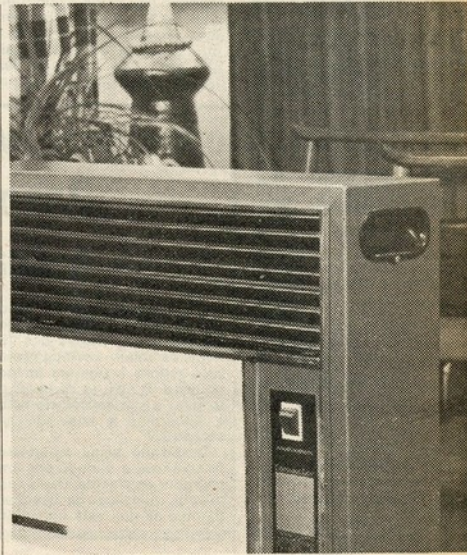
No contacto com os jornalistas, o ministro da Administração Interna informou que se deslocaria, numa ronda naturalmente breve, à provincia, designadamente a terras dos distritos de Leiria e de Coimbra, o que veio a concretizar e possivelmente à região de Évora e imediações.

o mínimo é o máximo

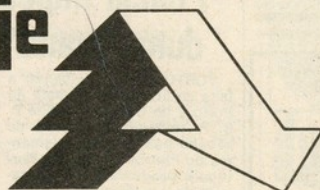
Claro. O máximo que consome deve ser o mínimo possível. Este máximo, ou seja, este mínimo consegue-se seguindo alguns conselhos que conduzem a uma substancial redução do consumo de energia eléctrica na iluminação e no aquecimento. É preciso poupar energia eléctrica. A energia que consome em sua casa custa ao País — a todos nós — muito dinheiro. Poupe energia.

- Sempre que possível apague uma lâmpada. Ou mais!
- Reduza ao mínimo a iluminação geral.
- Não tenha o televisor ligado se ninguém olha para ele.
- Instale lâmpadas fluorescentes na cozinha e na casa de banho.
- Ligue o aquecimento apenas nos locais indispensáveis.
- Use aparelhos equipados com termostato.
- Procure que a temperatura ambiente não seja excessiva.
- Desligue o aquecimento ao deitar.
- Aproveite o calor solar abrindo persianas e cortinas quando o sol atingir as janelas.
- Não deixe de calafetar janelas e portas exteriores.

é preciso poupar energia eléctrica



poupe hoje para ter amanhã



Militares não querem manter-se na cena política

Foi no Liceu Filipa de Lencastre que o general Vasco Lourenço depositou os seus três votos, como nas eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República. Após ter exercido esse direito, o governador militar de Lisboa, assediado pelos jornalistas que o aguardavam, começou por dizer de acordo com as informações recebidas pelo Conselho da Revolução que ontem esteve reunido permanentemente, que o acto eleitoral estava a decorrer em «boa ordem», mas que até à altura não tinha dado a sua «volta habitual».

Eram 11 e 30 e o facto de o povo português ser solicitado por mais um dia de eleições, meteu-o do «capitão de Abril» este comentário:

«Não é bem só mais um dia de eleições, mas um dia em que estamos, de facto, perante umas eleições que completam o ciclo daquelas eleições consideradas necessárias para as instituições democráticas começarem a funcionar de acordo com a Constituição».

A hipótese de as eleições

para as autarquias virem a traduzir um afastamento dos militares da cena política e a consequente ascensão dos civis aos órgãos de soberania foi vista pelo governador militar de Lisboa assim:

«Depende da interpretação que se queira dar a isso. Mas os militares não pretendem manter-se na cena política: pretendem, isso sim, é levar para a frente o Programa do M. F. A. de 25 de Abril de 1974».

«Nele estavam previstas as várias eleições» acrescentou aquele militar «após o que se fechava, e fecha, o ciclo. De acordo com a Constituição, depois deste período de transição, se tudo correr normalmente, e faço votos para que isso aconteça, as funções dos militares na cena política através do Conselho da Revolução cessarão. Até lá contamos que as forças reaccionárias continuam a atacar para ver se derubam a Constituição. Mas os cães hão-de continuar a ladrar», rematou com convicção, «e a caravana há-de continuar a passar».

Manuel Alegre falou da tradição municipalista

O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, abordou na Gulbenkian, Prestou as seguintes declarações acerca do acto eleitoral:

«Quanto ao significado das eleições, como se sabe com elas completa-se o processo da institucionalização da democracia em Portugal. Trata-se, ao fim e ao cabo, de fazer renascer uma tradição portuguesa, que é a tradição municipalista, tradição profundamente democrática, de restituir o poder local às populações locais. A partir de agora serão as populações, através dos seus representantes democrati-

camente eleitos, que passarão a resolver os seus próprios problemas. E isto é uma condição básica da nossa democracia, tal como ela é consagrada na constituição: a da participação popular na resolução dos problemas que são de todos».

Quanto aos resultados, é muito cedo ainda para fazer prognósticos. Estou convencido de que estas eleições até certo ponto poderão confirmar os resultados anteriores. Estou convencido de que o Partido Socialista vai manter ou possivelmente até reforçar as suas posições».

Nacional

Centro de Imprensa não chegou a aquecer

A falta de um grande número de jornalistas estrangeiros, que nas anteriores eleições ocorreram em massa a Portugal, revela que terminou o grande interesse pelo nosso país, pela nossa Revolução, que na opinião de muitos se «rompeu». As instalações da Gulbenkian, onde mais uma vez esteve instalado o Centro de Imprensa, registaram, por isso, muito menor afluência. Todavia, a expectativa vivida durante a noite com a saída dos resultados e as visitas de personalidades da nossa cena política alimentaram o interesse dos jornalistas. Para darmos ao nossos leitores uma ideia dessa movimentação registámos o filme dessa noite de expectativa, nas suas horas mais movimentadas.

19.00 — Em todo o País encerram as secções de voto. Ao Centro de Imprensa começam a afluir jornalistas, membros dos partidos concorrentes, figuras militares, etc. Fazem-se as primeiras análises que apontam para um número bastante elevado de abstenções. Entretanto são conhecidas declarações já prestadas à Imprensa pelo prof. Freitas do Amaral. Não são triunfalistas. «O C. D. S. não tem pressa» foi uma frase que ficou nos ouvidos de muita gente. De tal modo que houve quem perguntasse à volta: «Pressa de quê?»

20.00 — A Televisão não há meio de arrancar com resultados e vai dando futebol, mas nos partidos existem já bastantes dados, porque cada um deles montou o seu sistema próprio de apuramento.

21.00 — Os primeiros resultados começam a chegar «em mão» através de pessoas que estiveram presentes em diversas assembleias de voto. A percentagem elevada de abstenções confirma-se.

22.00 — Sousa e Castro deslocam-se à Gulbenkian. É o primeiro membro do C. R. a visitar o Centro. Não faz declarações. Diz que veio «só para ver o ambiente». Depois inicia uma longa conversa com o comandante Mário de Aguiar.

Pouco depois é a vez de aparecer o tenente-coronel Firmiano Miguel. Fala aos jornalistas e exprime as posições oficiais já anteriormente referidas por outros membros do Governo. A percentagem de abstenções é por eles apresentada como

um facto esperado.

23.00 — É eleito o primeiro presidente de Câmara. Trata-se do concelho de Mesão Frio, no distrito de Vila Real. O presidente é António Teixeira da Silva, do P. P. D.

Surge entretanto Manuel Alegre. Sublinhou que se houver 70 por cento de votantes é muito bom em relação à média europeia e que não podemos ter como ponto de referência as primeiras eleições realizadas depois de 50 anos de ditadura. Quanto a leituras «cada força política faz a leitura que lhe convém».

00.15 — Mais três personalidades chegam à Gulbenkian. Primeiro o comandante Martins Guerreiro e pouco depois Luís Moita acompanhado de Nuno Teotónio Pereira. A «aparição» dos G. D. U. P.'s gera uma certa curiosidade nos representantes da Imprensa. Costa Brás chega alguns minutos depois.

00.25 — Vasco Lourenço aparece bem disposto. Explica a uma jornalista a razão porque o C. R. reuniu ontem, e que isso nada tem de especial. Comentando a tranquilidade que lhe decorria o acto eleitoral, salientou: «Isso prova que o nosso povo é sereno, como diria o almirante Pinheiro de Azevedo.»

01.36 — É o período mais alto do P. P. D./P. S. D. e Sá Carneiro não perde a oportunidade de vir até à Gulbenkian para comentar as eleições e dizer que «se o Governo cair não será pelo resultado das eleições, mas pela sua incapaci-

cidade».

02.00 — Na TV Freitas do Amaral, com o C. D. S. ainda numa boa posição, faz críticas à campanha eleitoral do Governo do P. S. salientando que nenhuma das comunicações feitas era urgente. A certa altura justificou a posição do C. D. S. com programa, que «muito sincero, muito atractivo».

03.15 — Campinos na TV dá números que esta ainda não tinha divulgado e sacode a sonolência que se ia apoderando das pessoas. Cita, irónico, que na nossa República temos um concelho monárquico — Ribeira de Pena — cujo presidente certamente é um conde. Isto indis põe Luís Coimbra um elemento do P. P. M. que nos assegura que não, que «os condes são todos do C. D. S.».

Acrescenta que Ribeira de Pena «vai ser a primeira experiência de Poder Local».

03.40 — Agitação. É Mário Soares que chega. Precisa-

mente quando o P. S. começou a subir. «O que é importante para nós não são os resultados globais, mas a conquista dos municípios», diz aos jornalistas que o rodeiam.

04.00 — Cunhal na TV. Depois, cerca das 6 da manhã seria ao vivo. O secretário-geral do P. C. P. considera que a votação «foi um grande sucesso da F. E. P. U.».

Denunciou a campanha eleitoral feita por Mário Soares e diz que a votação do P. S. no Alentejo não é só do P. S. A reacção votou com o P. S. no Alentejo para colocar o P. C. P. em inferioridade. Quanto às abstenções atribuiu-as a «um certo cansaço por uma política que não respondeu aos interesses do povo» dizendo que elas reflectem «um certo desencadeamento pela política do Governo».

04.15 — A F. E. P. U. ultrapassa o C. D. S.. A luta entre a esquerda e a direita anima o ambiente. Muitos que se preparavam para ir dormir desistem.

04.50 — É a vez do general Vasco Lourenço na TV. Disse

a dado passo ver estas eleições como «as últimas de um ciclo que nós ambicionávamos ver realizado» e fez votos para que não haja necessidade de realizar novas eleições antes do período previsto.

Noutra passagem, referindo-se aos ataques ao C. R. disse: «Evidentemente que as forças reacçãoárias pretendem destruir a estrutura do C. R. e a Constituição Portuguesa. Uma das maneiras é insistindo na não necessidade do C. R., mas eu não tenho dúvidas que para defesa do regime democrático continua a ser necessário o C. R. e este está disposto a cumprir a sua missão, a não abdicar do cumprimento dessa missão e está também disposto a não sair dela para poderes paralelos. As forças que querem atacar o C. R. para o destruir têm que fazer um autêntico golpe de Estado, mas estou convencido que não têm condições para fazer qualquer golpe de Estado, como ele é feito, nem qualquer golpe constitucional, que não lho permitiremos.»

00.06 — Alvaro Cunhal dá conferência de Imprensa na Gulbenkian. Surgem várias perguntas todas de jornalistas sem afinidades com o seu partido e que proporcionam ao secretário-geral do P. C. P. uns momentos agradáveis e de boa disposição. Mesmo quando lhe perguntaram se o P. C. P. mantinha no seu programa a «ditadura do proletariado», Cunhal explicou o que são ditaduras e as formas subitas como se exercem nas democracias burguesas.

07.15 — O apuramento é interrompido, mas os resultados estão agora, como alguém ao nosso lado disse, «em ponto de rebaucado» embora muito menos doces para o C. D. S. As salas da Gulbenkian ficam com pouca gente. Um camarada nosso da Imprensa estrangeira não aguenta. Deixa cair a cabeça sobre o «telex» e adormece. Faltam ainda muitos resultados. A «maratona» recomeça às 14 horas.

Cenas insólitas na Televisão



Jaime Neves no Lumiar, rodeado de jovens. Em perspectiva o recrutamento feminino para os «Comandos»?



Manuel Alegre com o «sr. Contente».



Tomás anfrítio: enquanto os votos eram contados não se contaram os copos

OTELO VOTOU EM OEIRAS

Resolvida em breve a sua situação militar?

Otelos Saraiva de Carvalho votou no Liceu de Oeiras, onde chegou pouco depois das 15 horas de ontem, acompanhado pela esposa e por um amigo do casal. Dirigiu-se de imediato para a sua secção de voto e aguardou a sua vez na secção 33ª.

Assediado pelos repórteres fotográficos e filmado por um operador de cinema, Otelos não prestou quaisquer declarações (lembre-se que está impedido

de fazer dada a sua situação de liberdade condicional) após ter exercido o seu direito de voto. Já no exterior perguntou a duas activistas dos G. D. U. P.'s como tinha decorrido a afluência de votantes até aquele momento, recebendo como resposta que tinha sido fraca, e que, a continuar assim, demonstraria a desmobilização das pessoas neste importante acto eleitoral.

Apesar de Otelos trajar à civil

e apresentar-se acompanhado por alguns representantes dos órgãos de Comunicação Social, o presidente da mesa solicitou-lhe a identificação (o que não acontecera com as eleições para a Assembleia Constituinte, Assembleia da República e Presidência da República, naquele mesmo local), tendo o ex-comandante do extinto Copcon exibido o seu cartão de identidade militar, que ficou sobre a mesa enquanto ia assinalar os três boletins de voto.

Durante algum tempo, ainda no interior do estabelecimento, o major falou com pessoas das suas relações e, após ser instado a pronunciar-se sobre as eleições para as autarquias, referiu uma vez mais o facto de não se poder expressar politicamente. No entanto, ao ser interrogado sobre a sua situação, questão que não considerou susceptível de lhe acarretar inconvenientes, afirmou esperar que possa «ser resolvida em breve». Por aquilo que tem depreendido dos contactos mantidos nos últimos tempos com responsáveis oficiais.

Polícia impediu montagem dum «stand» do P.C.P.

PORTO, 13 — Alegando a falta de licença da Câmara do Porto e do Governo Civil, a P. S. P. impediu, na manhã de sábado passado, que elementos do Partido Comunista Português procedessem à montagem de um stand na Praça da Liberdade. Tal impedimento verifica-se depois de o Supremo Tribunal Administrativo ter

dado despacho favorável ao recurso apresentado por aquele partido contra a C. A. do Município portuense que ordenou há tempo a retirada do stand do P. C. P. que funcionava naquele local da baixa.

Muitas foram as pessoas que assistiram à intervenção da Polícia, entre elas o dr. Mário Soares que, na altura, por ali passava.

LONDRES
FÉRIAS - NEGÓCIOS

Partidas TODAS as QUINTAS e DOMINGOS de Novembro a Março

- Fim de Semana 4 dias
- Mini-Semana 5 dias
- Maxi-Semana 8 dias

Partidas especiais em Dezembro, Festas de NATAL e FIM DE ANO

Avião + Hotel + Banho + Visita cidade + Transportes + Assistência

Programas • Reservas

VIAGENS RAWES

Lisboa - Correspondência: R. Bernardino Costa, 47
Espinheiro Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro - Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 2319516

O QUE É ?

BLACK SWAN

SECRETÁRIO-GERAL DO P.C.P.

"Política do ministro Barreto foi derrotada no Alentejo"

Presente cerca das 6 horas da manhã, no auditório 2 da Gulbenkian, para uma conferência de Imprensa, Álvaro Cunhal respondeu durante aproximadamente uma hora a várias questões, tal como a posição do P. C. P. face ao Governo P. S. e resultados eleitorais.

No que respeita ao resto do País, Álvaro Cunhal considerou haver progressos notáveis de percentagem e números absolutos das forças que estavam com a Frente Povo Unido, comparado com a votação no P. C. P. e noutras forças políticas presentes na F. E. P. U., noutras actos eleitorais.



Antes de passar pela Gulbenkian, Cunhal tinha sido entrevistado pela RTP

Cunhal disse ainda estar o P. C. P. pronto a examinar todas as questões que possam levar ao entendimento mínimo entre o P. S. e o P. C. P. no sentido de «não voltarmos ao fascismo», pois os «perigos são ainda muitos». Referiu que o seu partido apoiará as medidas positivas do Governo mas não deixará de denunciar e manifestar oposição às negativas, que ponham em causa, nomeadamente, a Reforma Agrária e as nacionalizações.

Criticou ainda a propaganda eleitoral feita pelo Governo na TV, denunciou as provocações aí feitas (petardos de Amaranth) e manifestou algumas reservas à visita de Soares ao Brasil, tendo destacado ao propósito a notícia do jornal brasileiro «O Globo», segundo a qual figuras como Manuel Vinhos e os banqueiros Espírito Santo estariam presentes no banquete de recepção a Soares.

Salientando que a política agrária do ministro António Barreto foi «claramente derrotada pelos trabalhadores alentejanos nestas eleições», o secretário-geral do Partido Comunista Português acentuou que «era preciso ter em conta a vontade do povo alentejano» e que era «um erro considerar-se a votação no Partido Socialista como uma votação socialista, porque o P. P. D. e o C. D. S. desistiram previamente a favor do Partido Socialista. Cier dizer, os votos no P. S., são do P. P. D. e do C. D. S., como por exemplo, na Vidigueira».

Referindo-se à elevada percentagem de abstenções disse o dirigente comunista: «é o resultado de um certo cansaço com uma política que não responde aos interesses do povo», pois o actual Governo «depois de fazer promessas num programa, não está a cumprir-las, nem no que respeita à defesa dos interesses dos trabalhadores, nem no que respeita à defesa das conquistas da Revolução consagradas na Constituição: a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operários».

Relativamente ao Governo,

MILITARES NA GULBENKIAN

"Programa do M.F.A. vai-se consumando" — disse Vasco Lourenço aos jornalistas

«Vejo com enorme satisfação que cada dia, mais se vai consumando o Programa do M. F. A., que no dia 25 de Abril de 1974 foi apresentado à nação portuguesa e que o seu povo sancionou no 1.º de Maio desse ano», sublinhou o general Vasco Lourenço, durante a sua visita, às primeiras horas da manhã, à Fundação Gulbenkian, ao comentar o acto eleitoral.

O governador militar de Lisboa estava acompanhado do conselheiro da Revolução, major Vítor Alves, o qual, interrogado também sobre estas eleições, diria ser agora «o momento de falarmos menos em democracia e praticarmos mais a democracia. Estão terminadas as batalhas eleitorais e há, realmente, que manter a casa de pé». Acrescentando que em tal ideia se inclui o direito de opção que a Constituição con-



No Lumiar, de madrugada: Jaime Neves conversando com Vítor Alves e Vasco Lourenço

ferir a todos os portugueses, direito esse que não corresponde a ver noutro português que não fez uma opção igual à nossa, um inimigo, mas al-

eleições para as autarquias locais, a missão a que se comprometeram os «capitães de Abril», no Programa do M. F. A., «está quase cumprida».

Comentando o significado político do acto, Sousa e Castro adiantou que «se não forem as próprias populações a elegerem os seus representantes locais, os conceitos de descentralização e regionalização ficam deturpados», concluindo que se trata de «dar uma certa realidade ao que se chama o Poder Local».

FRMINO MIGUEL: «INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA»

«O grande significado das eleições é de que efectivamente estamos a completar a institucionalização da democracia e isso é que é importante», afirma, também durante uma breve visita aos serviços de apoio, na Gulbenkian, o ministro da Defesa, tenente-coronel Firmino Miguel. E acrescenta: «A partir daqui, como já o fizeram hoje, os Portugueses assumirão a responsabilidade total dos seus destinos. Isso é que é importante referir agora.»

EM DECLARAÇÕES NA TV

FRÉITAS DO AMARAL LEVANTOU QUESTÃO DAS VERBAS

«Para se obter uma completa descentralização, tornando-a viável, é preciso que haja uma grande transferência de poderes legais da parte do Poder central para as autarquias locais, é preciso que haja uma grande transferência de verbas, de recursos financeiros, da parte do Orçamento-Geral do Estado para os orçamentos municipais», afirmou ontem perante as câmaras da TV, o dr. Freitas do Amaral, presidente do C. D. S., sublinhando que tudo isso está por fazer e que as perspectivas, de acordo com o Orçamento-Geral do Es-

tado para 1977, não são muito animadoras a esse respeito.

Considerando estas eleições «muito significativas» porque através delas se dá um grande passo a caminho da descentralização, Freitas do Amaral salientou que, a partir de agora, as comunidades locais passam a ser dirigidas por aqueles que o povo directamente escolheu, o que lhes dá uma independência e um poder de reivindicação para com o Poder central, que vai efectivamente funcionar como uma alavanca poderosa no sentido de obrigar as coisas a marcharem no sentido da descentralização.

SOUSA E CASTRO: «MISSÃO QUASE CUMPRIDA»

Presente, igualmente, na Gulbenkian, o conselheiro da Revolução, capitão Sousa e Castro, considerou que, com as

Presidentes de municípios: primeiros nomes conhecidos

Segundo dados fornecidos até agora, foram já eleitos os seguintes presidentes de Câmaras Municipais: concelho do Cadaval, distrito de Lisboa: Rui Nunes Lopes, do P.S.; concelho de Alvíto, distrito de Beja: Joaquim Pereira Cabanas, do P.S.; concelho de Pedrogão Grande, distrito de Leiria: Mário Coelho Fernandes, do P.S.D.; concelho de Porto Santo (Madeira); José Uóis Mendonça, do P.S.; Município de Porto Moniz: David X. G. Canha Jardim, do P.S.D.; município de Tabua: António Barata Portugal, do P.S.D.; concelho de Ribeira da Pena; Gomes Pereira, do P.P.M.; município de Amares, Tomé S. Gonçalves Macedo, do C.D.S.; município do Sardoal, Maria F. Santos Chambel, do P.S.; município de Borba, Sérgio D. F. Alpalhão, da F.E.P.U.; município de Vila de Rei, Hermínio Baptista Santos, do P.S.D.; município de Constância, Fernando M. Morgado da Silva, do P.S., e município de Alcochete, Estevão Rodrigues, do P.S.

Para presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, no distrito de Vila Real, foi eleito o dr. António Teixeira da Silva do P.S.D./P.P.D.

Finalmente, no concelho da Vidigueira, distrito de Beja, foi eleito presidente da Câmara Municipal, Manuel Reis, do Partido Socialista.

Irmão de Pires Veloso na Câmara do Porto

PORTO, 13 — Primeiro nome da lista vencedora, do P. S., o eng. Aureliano Capelo Veloso é o novo presidente do Município desta cidade. Capelo Veloso é o irmão do controverso brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte.

Contactado esta manhã telefonicamente pelo «DL», o novo presidente do Município desta cidade afirmou que os objectivos da sua acção são «os mesmos do programa» apresentado pelo P. S., distinguindo-se apenas pela intenção. Sublinhou o «espírito socialista», que irá naturalmente pautar a equipa dos novos gestores municipais.

A propósito da ligação às organizações de base, o eng. Aureliano Veloso teve o cuidado de salientar o facto de ser «um basista de há muitos anos», já que — disse — militou no movimento cooperativo. Manifestando-se contra a «mentalidade de elite» o novo presidente disse estar esperançado no desaparecimento de algumas mentalidades de elite existentes na Câmara. Afirmou ainda não estar disposto a fazer «jogos de partidos», tendo sido nessa condição que acedeu ao pedido do P. S., depois de se ter aconselhado com algumas pessoas, nomeadamente com seu irmão.

Como se sabe, Aureliano Capelo Veloso é irmão do brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte e figurava em primeiro lugar na lista do P. S. como independente.

A propósito, o novo presidente da C. M. do Porto afirmou que já para as anteriores eleições havia sido convidado pelo P. S., frisou quem em 69 fora convidado para C. E. U. D., tendo declinado o convite por — como disse — «não aceitar a cisão da oposição».



Eng. Aureliano Veloso

PASSE CONNOSCO O FIM DO ANO HOTELCAR

Troia/Algarve	Esc. 1.250800
Algarve	Esc. 1.350800
Vale do Vouga/Minho	Esc. 2.500800
Madeira	Esc. 3.150800
Açores	Esc. 4.890800
Madeira/Açores	Esc. 5.350800
Marrocos	Esc. 2.720800
Madrid	Esc. 3.100800
Londres	Esc. 4.200800
Nice	Esc. 4.850800
Paris	Esc. 4.550800
Palma de Maiorca	Esc. 5.890800
Atenas	Esc. 6.650800
Roma	Esc. 5.600800

Outros programas à sua escolha Consulte-nos.

TODAS AS 6ª-FERAS - FINS DE SEMANA TRIOALGARVE PREÇO 1.150800

AGÊNCIA DE VIAGENS HOTELCAR Avenida da Liberdade, 107 Telef. 369045/6 - 328891/2 - 369178/9

decorama

tecidos modernos ...diferentes

Pires Veloso não fez declarações

PORTO, 13 «Decidi não fazer quaisquer declarações» afirmou Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, depois de ter cumprido o seu dever de eleitor.

Os jornalistas insistiram, lembrando que em Lisboa Soares, Cunhal e Freitas do Amaral se tinham já pronunciado sobre as eleições para as au-

tarquias. Pires Veloso: «Tenho muita consideração pela maior parte da Imprensa, mas hoje decidi não fazer quaisquer declarações. É para mim um dia de alegria, pois estamos no caminho da consolidação da democracia. Era tudo quanto queria dizer. Agradeço muito a vossa presença. Muito e muito obrigado.»

